SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

PREFÁCIO 11

1. INTRODUÇÃO 19

1.1 Conceito de jurisdição 19

1.2 Competência como pressuposto processual 23

2. NORMAS DETERMINADORAS E MODIFICADORAS DE COMPETÊNCIA 27

3. COMPETÊNCIA RELATIVA E ABSOLUTA 29

3.1 Competência relativa 31

3.1.1 Legitimidade para arguir a incompetência relativa 31

3.1.1.1 Legitimidade de autor e réu 31

3.1.1.2 Legitimidade do Ministério Público e dos terceiros intervenientes 32

3.1.1.3 Possibilidade de o juiz reconhecer de ofício a incompetência relativa 46

3.1.2 Momento para alegação da incompetência relativa 54

3.1.3 Forma de alegação da afronta à regra de competência relativa 58

3.1.4 Acolhimento da exceção e atos processuais já praticados 61

3.1.5 Normas modificadoras de competência 66

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2 Competência absoluta 66

3.2.1 Razões de ordem pública 66
3.2.2 Legitimado para arguir a incompetência absoluta 68
3.2.3 Forma de alegação da incompetência absoluta 72
3.2.4 Reconhecimento da incompetência absoluta – atos praticados 74
3.2.5 Momento de arguição da incompetência absoluta 77
3.2.6 Imunidade a prorrogações 80

3.3 Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa 82

4. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA 85

5. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL 89

5.1 Introdução – Princípio da efetividade 89

5.2 Competência internacional concorrente e exclusiva 91

5.3 Litispendência internacional 94

6. COMPETÊNCIA TERRITORIAL 99

6.1 Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC 99

6.2 Direito real imobiliário – art. 95 do CPC 102

6.3 Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC 108

6.4 Réu ausente – art. 97 do CPC 111

6.5 Réu incapaz – art. 98 111

6.6 União figurando como autora ou ré 111

6.6.1 Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF 114

6.7 Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I 115

6.8 Ação de alimentos – art. 100, II 119

6.9 Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III 121

6.10 Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, *a* 122

6.11 Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, *b* 122

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.12 Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, *c* 122

6.13 Cumprimento de obrigação – art. 100, IV, *d* 123

6.14 Reparação de dano – art. 100, V 124

6.15 Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, *b* 125

6.16 Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, V, parágrafo único 125

7. COMPETÊNCIA FUNCIONAL 127

7.1 Conceito 127

7.2 A identidade física do juiz e a regra de competência funcional do art. 132, CPC 128

7.3 Competência funcional para o julgamento dos embargos de declaração 133

7.4 Competência funcional ou competência territorial absoluta? ... 136

7.4.1 Art. 95 do CPC – ações reais imobiliárias 138

7.4.2 Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação Civil Pública 140

7.4.3 Art. 80 da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso 148

8. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA 153

9. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA 157

10. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA 159

10.1 Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995) 160

10.2 Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001) 164

10.3 Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual (Lei 12.153/2009) 166

10.4 Foros regionais (distritais) 167

11. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL 171

11.1 Competência em razão da pessoa (*ratione personae*) 172

11.1.1 Inciso I do art. 109 da CF 172

11.1.1.1 Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal 172

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11.1.1.2 Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo 175
11.1.1.3 União Federal e a ação de usucapião 178
11.1.1.4 Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual 179
11.1.1.5 Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta 180
11.1.2 Inciso II do art. 109 da CF 181
11.1.3 Inciso VIII do art. 109 da CF 182
11.2 Competência em razão da matéria (*ratione materiae*) 185
11.2.1 Inciso III do art. 109 da CF 185
11.2.2 Inciso X do art. 109 da CF 186
11.2.3 Inciso XI do art. 109 da CF 186
11.2.4 Inciso V-A do art. 109 da CF 188

12. PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA 189
12.1 Conceito 189
12.2 Relatividade da relatividade 190
12.3 Prorrogação legal 191
12.3.1 Conexão e continência 191
12.3.1.1 Conceito 191
12.3.2 Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? 194
12.3.3 *Ratio* da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC 195
12.3.4 Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão 200
12.3.5 Conexão entre processos distintos, em especial os de execução e de conhecimento 205
12.3.6 Conexão nas ações coletivas 209
12.3.7 Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro 212

13. OUTRAS ESPÉCIES DE CONEXÃO 215
13.1 Imóvel situado em mais de uma comarca (art. 107 do CPC) 216

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.2 Ação acessória e ação principal (art. 108 do CPC) 217

13.3 Reconvenção, ação declaratória incidental, ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente (art. 109 do CPC) 217

14. PRORROGAÇÕES VOLUNTÁRIAS 219

14.1 Eleição de foro 219

14.2 Vontade unilateral do autor 221

15. PREVENÇÃO 223

15.1 Conceito 223

15.2 Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.... 223

15.3 Prevenção nas ações coletivas 225

15.4 Prevenção em segundo grau de jurisdição 226

15.5 Princípio da *perpetuatio jurisdictionis* – art. 87 do CPC.... 227

16. CONFLITO DE COMPETÊNCIA 235

16.1 Conceito 235

16.2 Legitimidade 238

16.3 Competência para o julgamento do conflito 240

16.4 Procedimento 242

16.4.1 Instauração 242

16.4.2 Distribuição e poderes do relator 243

16.4.3 Procedimento do julgamento colegiado 244

16.4.4 Julgamento do conflito 245

17. PROCESSO CAUTELAR 247

17.1 Críticas à redação do art. 800, *caput*, do CPC 247

17.2 Críticas ao conteúdo do art. 800, *caput*, do CPC 249

17.2.1 Hipóteses em que a urgência da situação concreta enseja o descumprimento da norma legal 250

17.2.2 Ações cautelares probatórias 255

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17.2.2.1 Produção antecipada de provas 255
17.2.2.2 Exibição de coisa ou documento 260
17.2.2.3 Justificação 263
17.3 Cautelares incidentais e a regra do art. 800, *caput*, do CPC.... 265
17.4 Competência e prevenção do juízo 267
17.4.1 Juízo competente e prevenção 267
17.4.2 Juízo incompetente e prevenção 268
17.4.3 Prevenção do juízo e cautelares probatórias..... 269
17.5 Competência cautelar em grau recursal 273

18. PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 277
18.1 Competência da execução de título executivo judicial 277
18.1.1 Introdução 277
18.1.2 Competência executiva dos tribunais 277
18.1.3 Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição 279
18.1.3.1 Exceções à regra do art. 475-P, II, do CPC... 280
18.1.3.2 Trâmite dos autos entre diferentes juízos..... 281
18.1.3.3 A regra do art. 475-P, II, do CPC e a *perpetuatio jurisdictionis* 282
18.1.4 Competência para a fase de satisfação de sentença arbitral, decisão homologatória de sentença estrangeira e sentença arbitral 284
18.2 Competência da execução de título extrajudicial..... 286
18.3 Competência no processo de insolvência civil 288

BIBLIOGRAFIA 291

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br